



FOTO: BETO OLIVEIRA

A sociedade civil elegeu seus representantes. Foi a vitória da vontade do povo, que optou pela continuidade de um projeto democrático popular para o Brasil, representado por Lula reeleito à presidência da república e que, com Eduardo Campos, alavancou a Frente das Oposições, que assumirá o Palácio do Campo das Princesas, em Pernambuco, a partir de janeiro de 2007.

A Fetape, em conjunto com todos os seus sindicatos de trabalhadores rurais filiados, optou pelo apoio às candidaturas lançadas de maneira equilibrada por suas lideranças. E manteve-se fiel a esse compromisso, levando às ruas de todo o Estado uma grande massa de agricultores e agricultoras, mobilizados para eleger seus candidatos. O lançamento das candidaturas do Movimento Sindical Rural obteve surpreendente votação, acima de 44 mil votos.

A reeleição do presidente Lula significa a vitória de quem tem compromisso com a população e com a distribuição de renda no país e estabelece uma relação séria e comprometida com a sociedade. Nesse segundo mandato, ele vai priorizar o crescimento econômico e as políticas sociais voltadas para a educação, saúde, segurança pública, agricultura familiar e geração de emprego. No campo político, irá aprofundar o crescimento do processo democrático, contrariamente ao que historicamente sempre pregaram as elites desse país. O movimento sindical se identifica com essas propostas.

A eleição de Eduardo Campos ao governo de Pernambuco consagra a vitória da Frente das Oposições, que derrotou a União Por Pernambuco. Ele assume a bandeira de compromissos históricos com o povo e com os movimentos sociais, no ouvir, no discutir, enfim, no restabelecimento do diálogo com os setores da sociedade civil organizada que, em oito anos de governo Jarbas Vasconcelos, não foi possível. É a volta da ênfase às políticas sociais, em conjunto com as políticas de infra-estrutura em parceria com o governo federal. Pernambuco volta a crescer. O movimento sindical lutou por isso.

Contag e federações fizeram grande comício de apoio à reeleição de Lula

A reeleição de Lula contou com o apoio determinante da Contag, das federações e dos sindicatos do Nordeste quando, em Caruaru, conseguiram reunir mais de 20 mil pessoas em comício que demonstrou a força do movimento sindical rural no apoio à candidatura presidencial. A Fetape e os sindicatos de Pernambuco cumpriram com o compromisso de mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais para o evento, que se tornou um mega-comício de repercussão nacional.



FOTO: BETO OLIVEIRA

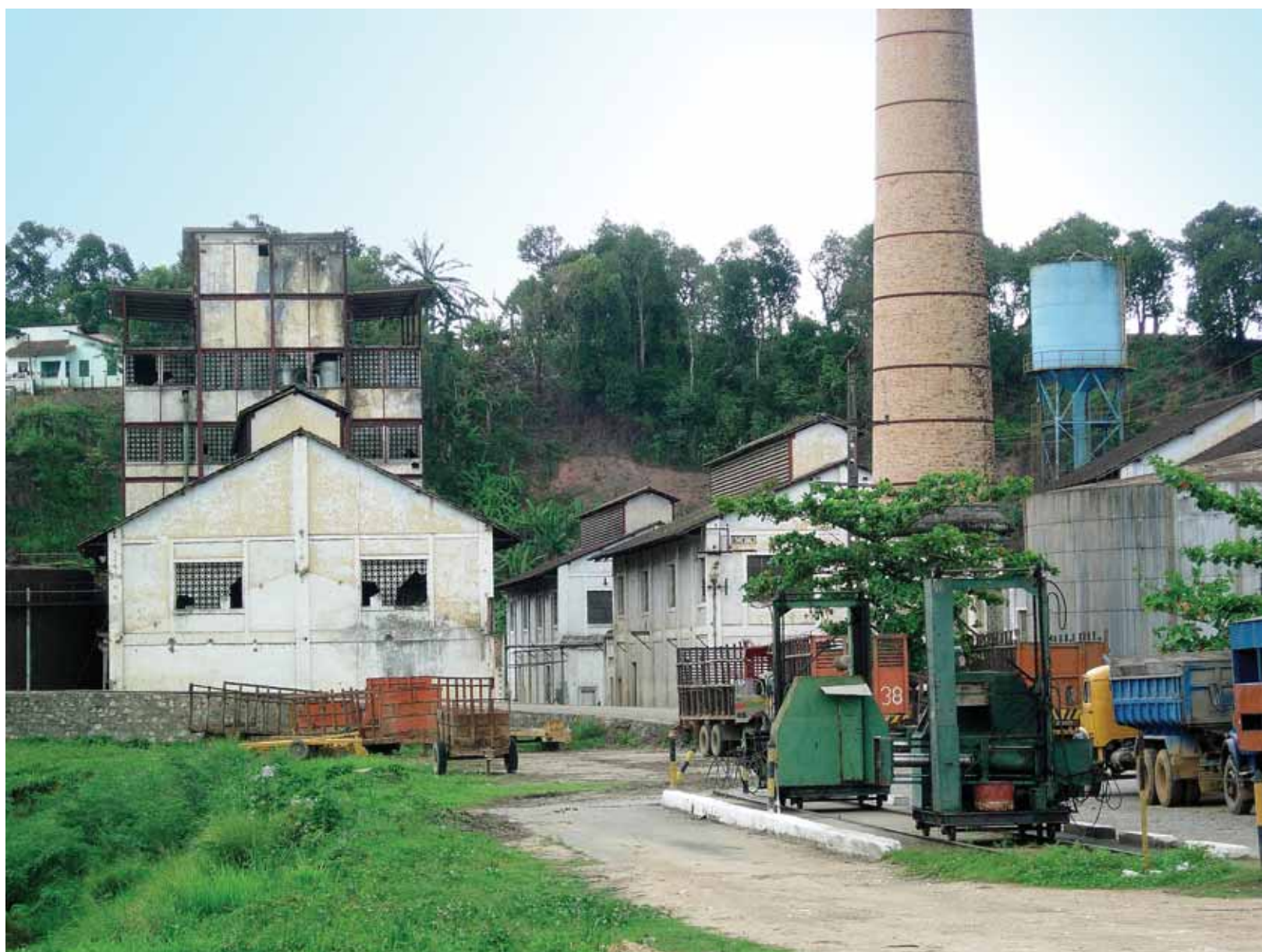
Desapropriação de Catende é a maior na história do Nordeste

Finalmente saiu do papel o processo de desapropriação de Catende: o maior no Nordeste e o segundo maior do país. A conquista é fruto da organização e da luta de cinco sindicatos de trabalhadores rurais, Fetape e Contag e a ação corresponde a 30% do que o Incra já desapropriou em toda a sua história.

A luta do movimento sindical rural por Catende remonta a 1993, quando 2300 trabalhadores foram demitidos durante uma crise no setor sucroalcooleiro, que culminou na falência de 18 empresas, que fecharam suas portas sem ao menos pagarem suas dívidas trabalhistas. Na ocasião, os empregados reagiram, rompendo com a tradição do setor de não respeitar os direitos trabalhistas. Isso resultou na formação de duas frentes de luta: em defesa dos direitos trabalhistas e pelo acesso à terra, em defesa do emprego, renda e de um novo modelo de gestão, voltado para a agricultura familiar. Foi o primeiro processo que se tem notícia de falência judicial de uma usina no Nordeste.

Uma proposta ousada, de manutenção da usina em funcionamento, conseguiu garantir na época cerca de 1500 empregos permanentes no campo e na fábrica e, simultaneamente, a contratação de uma média de 1400 trabalhadores a cada safra.

E foi a combinação dessas frentes de luta, o



Catende possui 48 engenhos, numa área de 28 mil ha, e a desapropriação beneficiará 4300 assentados, entre camponeses e operários.

que gerou o maior projeto de auto-sustentação no campo da economia solidária de que se tem notícia em todo o Brasil.

Atualmente, a safra 2006/2007 deverá produzir algo em torno de R\$ 30 milhões. Tudo, graças à capacidade de organização do movimento sindical e às políticas públicas implementadas na gestão do ex-governador Miguel Arraes e consolidadas através do

governo Lula.

Mas, ainda existem questões pendentes em Catende. Os trabalhadores, por exemplo, há muitos anos requerem a reforma agrária. Eles lutam na justiça para anular as fraudes de transferências de engenho, feitas no apagar das luzes pelos usineiros (1994/1995) e que permitiram que quase ¼ do que deveria ser desapropriado antes fosse repassado para o

nome de terceiros.

A desapropriação de Catende nesse ano de 2006 significa estabilidade fundiária. Ou seja, que a terra e a indústria deixam de ser disputadas e passam a ser dos trabalhadores. Significa também que, ineditamente no país, o pagamento dessa desapropriação será feito a título de indenização por causa trabalhista. Agora, ainda por conta da desapropriação, o

Incra vai poder aportar recursos da reforma agrária para uso individual (para cada família) e coletivo (para cooperativa). Dessa feita, Catende sairá definitivamente do quadro de dificuldades por falta de recursos para investimentos. Por fim, os 48 engenhos receberão apoio de um programa habitacional para construção e melhoramento de suas casas.

Sim, nós temos opinião!

Quem diria. A tão poderosa máquina da imprensa, elevada ao status de quarto poder mundo afora, teve que se render à vontade da massa de brasileiros. Por mais que a mídia tenha tentado formar opinião contra o presidente da república, numa das mais acintosas campanhas para denegrir a imagem de um candidato, o Brasil quis Lula. E disse isso pela segunda vez, em alto e bom som, quando o reeleger no último mês de outubro.

O povo deu sua resposta. E nos referi-

mos aqui à libertação da tutela de veículos de comunicação como a revista VEJA e o JORNAL NACIONAL, que se auto-intitulavam formadores de opinião. Se é que um dia o foram, realmente, os últimos acontecimentos mostraram que já não são mais.

Lula e o povo venceram essa eleição. Foi Lula de novo, com a força do povo. O slogan não podia ser mais apropriado.

O jornalista Paulo Henrique Amorim, um dos poucos profissionais sérios que não se renderam à manipulação da imprensa mar-

rom, condenou o que ele chama de monopólio e a feição golpista do jornalismo brasileiro: "Essa mídia, como está aí, é uma ameaça à democracia", afirma Amorim. Ainda segundo ele, o jornal New York Times considerou a vitória do presidente Lula "esmagadora" – adjetivo que nenhum jornal brasileiro usou.

Não aceitamos goela abaixo a tal crise que a imprensa inventou para esculhambar com o governo Lula. A TV Globo não nos fez de bobos. Elegemos nosso representante. Sim, nós temos mais que bananas.

Um ano de lutas, conquistas e vitórias



LEANDRO LIMA

Aristides Santos, Presidente.

O ano de 2006 está se encerrando e o movimento sindical traz na bagagem um saldo bastante positivo, resultado da luta persistente e permanente, da clareza nos objetivos, da firmeza nas convicções e posições assumidas e na ousadia de quem desafia limites e possibilidades.

Conciliar o calendário eleitoral e as agendas das ações e atividades do movimento sindical foi um importante desafio. Acertamos quando decidimos priorizar, no primeiro semestre, as lutas pelo crédito, ampliando o acesso dos agricultor@s familiares. A nossa participação no II Encontro Nacional de Agroecologia contribuiu para continuarmos alargando as parcerias.

Este foi um ano de muita política, de muitas eleições. Começamos pela renovação das direções das instâncias da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Nós, trabalhadores rurais, organizados pelos Sindicatos, Federações e CONTAG, jamais tínhamos participado tão ativamente de um Congresso da Central, reafirmando nossas posições e fortalecendo nossa participação nas direções estadual e nacional da CUT.

A realização do 7º Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, o maior da história da FETAPE, com a participação de 169 Sindicatos, reconstruiu a unidade dos dirigentes sindicais e dos trabalhador@s rurais na direção da federação, após 10 anos de fortes disputas internas.

Apesar das dificuldades que uma organização sindical enfrenta na hora de definir posições, de lançar e apoiar candidaturas, por conta de seu caráter plural e apartidário, a FETAPE ampliou e aprofundou esse tema e já nas eleições de 2004 teve participação destacada nacionalmente. Nas disputas eleitorais deste ano, conseguimos unir a grande maioria dos dirigentes sindicais em torno de duas candidaturas: a deputado estadual, com os companheiros Bruno Ribeiro-PT e José Patriota-PSB, que não conseguiram se eleger, mas que, juntas, somaram quase 44 mil votos. Com esta expressiva votação, demonstramos nossa força e a certeza de que, com o aprofundamento e evolução dessa discussão, nas próximas eleições teremos uma maior participação dos dirigentes sindicais. O apoio prioritário à bem sucedida candidatura de Pedro Eugênio para a Câmara Federal, conjuntamente com outras candidaturas vitoriosas que fizeram alianças conosco, a exemplo de Maurício Rands, Carlos Wilson e Ana Arraes, é a garantia de maior representação e atenção às nossas reivindicações no Parlamento Nacional.

A extraordinária vitória de Eduardo Campos, pela “Frente das Oposições”, derrotando a poderosa aliança conservadora, “União por Pernambuco”, capitaneada por Jarbas Vasconcelos, combinada com a avassaladora reeleição do Presidente Lula, abre novos horizontes para os trabalhador@s rurais, na perspectiva da construção de uma política de desenvolvimento que inclua as diversas micro-regiões do nosso Estado. O Movimento Sindical está de parabéns pela ativa participação e pela grande contribuição na mudança do Governo do Estado, com Eduardo Campos, e na manutenção do Projeto de Mudanças em curso no Brasil, comandado pelo Companheiro Presidente Lula.

Em nome da direção da FETAPE agradecemos @s dirigentes sindicais e assessor@s pela oportunidade que nos foi conferida em poder compartilhar com vocês a construção de um sindicalismo cada vez mais cidadão, comprometido com a luta por uma sociedade justa e solidária. Boas festas, fé em Deus e muita sorte nas lutas do próximo ano de 2007.

JORNAL DA **FETAPE**

Informativo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE
Rua Gervásio Pires, 876 – Boa Vista – Fone: (81) 3421.1222
Endereço Eletrônico: imprensa@fetape.org.br
Jornalista Responsável: Maria do Carmo Andrade DRT 3181/PE
Tiragem: 1.000 exemplares – Diagramação: Paulo Rocha Criações
Fone: (81) 3339.7895 – e-mail: 1paulorocha1@terra.com.br

Festival da Juventude Rural reúne centenas de participantes

FOTOS: BETO OLIVEIRA

Superando a meta de 150 participantes, cerca de 350 jovens sindicalistas rurais, oriundos de todas as regiões de Pernambuco, estiveram reunidos em Carpina para participarem do II FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL, da I OLIMPIADA DA JUVENTUDE RURAL e da I MOSTRA DA CULTURA DA JUVENTUDE RURAL. Os eventos, simultâneos, aconteceram de 3 a 5 de novembro, no Centro Social da Fetape, naquele município.

Uma programação diversificada, que incluiu oficinas, ensaios, escolha da garota e do garoto rural, apresentações culturais, competições esportivas, olimpíadas e muita festa. Mas, em meio a tudo isso, os jovens objetivavam mesmo era debater e propor políticas públicas de juventude voltadas para a educação, o esporte e a cultura no campo; a criação de uma rede de jovens agentes de desenvolvimento cultural; a capacitação e a promoção da troca de experiências nas regiões interioranas.

Durante o encontro, houve a seleção do Hino da Juventude Rural, composto por jovens do município de Salgueiro. Este hino irá disputar, em Brasília, a etapa final da seleção do Hino Nacional da Juventude Rural, em fevereiro de 2007.

Os festivais surgiram como uma demanda da juventude rural, caracterizados pela mobilização dos jovens para que assuntos ligados à educação, esporte e cultura fossem debatidos e vivenciados em fórum adequado. Eles acontecem em 2006 nas federações de trabalhadores rurais de 17 Estados do país e, finalmente, encerram-se com um grande encontro nacional, em Brasília.

A partir desses festivais da juventude rural estaduais, será construída uma pauta de reivindicações, a ser entregue às autoridades governamentais.



Marcha das Margaridas 2007 razões para comemorar



Em agosto do próximo ano, trabalhadoras rurais de todo o país estarão reunidas em Brasília para a etapa nacional da *Marcha das Margaridas 2007*. Elas irão discutir as ações que vêm crescendo e fortalecendo a mobilização e a organização das mulheres na base e na construção de políticas de gênero. Até lá, as agricultoras irão fazer uma série de denúncias e de protestos e também traçar estratégias para captação de recursos, investimentos, formação e capacitação das trabalhadoras do campo. “Vamos, juntas, construir propostas e negociar quais as políticas públicas que quere-



FOTO: BETO OLIVEIRA

mos”, esclarece Maria Aparecida, diretora da coordenação de mulheres da Fetape.

O encontro é promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, Federações de Trabalhadores na Agricultura - Fetags e Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, em parceria com o MMTR/NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Re-

delac - Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, MIQCB - Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e MAMA - Mulheres da Amazônia Legal em Movimento.

Fetape avalia 10 anos de Pronaf

A Fetape realizou, nos dias 16 e 17 de novembro, encontro estadual de avaliação dos **10 anos de Pronaf**. O encontro aconteceu no município de Carpina, com o objetivo de analisar a situação atual da agricultura familiar, dez anos após a implantação do Pronaf*, seus avanços e suas limitações. Com isso, a federação quer construir estratégias de ação do movimento sindical rural com vistas à ampliação do público beneficiado pelo programa.

O evento contou com a participação de agricultores familiares, lideranças sindicais e técnicos do movimento sindical, membros da Fetape e de seus respectivos pólos sindicais, num total de cerca de 110 participantes, inclusive mulheres e jovens, estes últimos historicamente sempre ausentes de discussões dessa natureza.

“Nos últimos três anos e meio, mais de um milhão de agricultores familiares receberam, pela primeira vez em suas vidas, acesso ao financiamento rural. Mesmo que ainda de forma insuficiente, essas famílias experimentam agora a esperança de poder ingressar definitivamente no contexto da economia nacional, graças ao Pronaf”, comemora Adelson Freitas, diretor de política agrícola da Fetape. Ele se refere aos investimentos do Banco do Nordeste na região, que atingiram em 2005 o recorde de R\$ 1,05 bilhão. E compara: “Em 2003, foram R\$ 319 milhões, passando para R\$ 695 milhões em 2004. Uma conquista anual crescente dos trabalhadores rurais”.

Atualmente, Pernambuco conta com 91.409 famílias de agricultores beneficiadas pelo programa, através de investimentos da ordem de R\$ 205.048.436,31 só na safra passada 2005/2006.

* PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Canavieiros conquistam aumento salarial



Após uma campanha salarial acirrada e de uma série de rodadas de negociações na Delegacia Regional do Trabalho, os canavieiros conquistaram, no último mês de outubro, um reajuste de 4,23% sobre o salário de R\$ 355,00. Ou seja, a categoria passa agora a receber R\$ 370,00.

Participaram da campanha salarial representantes dos canavieiros, usineiros e fornecedores de cana. O aumento atual, se comparado ao salário de outubro do ano passado (data-base da categoria), que era de R\$ 315,00, corresponde a um reajuste 17,5%. Uma das mais relevantes conquistas do sindicalismo nacional, cujos índices de reajuste margeiam baixos indicadores.

A Fetape destaca ainda que os canavieiros tiveram oito dias de greve intensa no ano passado, para conseguir um aumento referente a R\$

10,00. Já este ano, não recorreram à paralisação e conquistaram um aumento de R\$ 15,00. Ou seja, mais que no ano de 2005, com apenas três rodadas de negociação.

É bom lembrar que a preparação da Campanha Salarial foi precedida de um congresso com participação de 432 delegados e delegadas sindicais, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto no Centro Social da Fetape, em Carpina. Na ocasião, foi aprovada a pauta de reivindicações que, em seguida, foi homologada pelas assembleias de 50 sindicatos da Zona da Mata, no último dia 17 de setembro.

Na avaliação das lideranças sindicais e dos trabalhadores rurais, as negociações desse ano foram muito positivas, com um avanço da garantia de R\$ 10,00 acima do próximo reajuste do salário mínimo, a partir do mês de março de 2007.

Projeto pioneiro no país leva habitação a assentamentos do Crédito Fundiário em Pernambuco



FOTO: RONALDO PATRÍCIO

Um projeto pioneiro levará casas para onze assentamentos ligados ao Crédito Fundiário para as três regiões de Pernambuco, beneficiando em sua primeira etapa 126 famílias de agricultores. A parceria acontece entre a Caixa Econômica Federal e a Fetape e a assinatura do convênio aconteceu no último dia 8, na Escola Politécnica.

É a primeira vez, na história, que a instituição bancária atuará em projeto de habitação rural em áreas de assentamento e o projeto, piloto, deverá servir como experiência referencial para as próximas iniciativas.

A ação se inicia ainda esse ano e deverá ser concluída no prazo de aproximadamente dez meses, envolvendo recursos da ordem de R\$ 900 mil, atendendo aos municípios de Inajá, São José do

Belmonte, Floresta, Petrolândia, Serra Talhada, Belém do São Francisco, Amaraji e Petrolina.

Atualmente, mais de nove mil famílias de assentados vivem em péssimas condições de moradia em todo o Estado.

DESAPROPRIAÇÃO

No último dia 23 de novembro de 2006 foi assinada a imissão de posse da Fazenda Baraúnas, no município de Brejo da Madre de Deus. A desapropriação beneficiará cerca de 30 famílias que há mais de 4 anos aguardam a medida.

“Esta imissão é de extrema importância para o movimento sindical rural e para as famílias que estavam há 4 anos debaixo das lonas pretas” ressalta Paulo Roberto Rodrigues Santos, diretor de Política Agrária e Meio Ambiente da Fetape.

Trabalhadores da hortifruticultura iniciam campanha salarial



Trabalhadores da hortifruticultura do Vale do São Francisco estão se reunindo nos últimos dias para discutir a preparação da pauta de reivindicações da categoria e as estratégias a serem adotadas para a *Campanha Salarial 2007*.

O primeiro encontro aconteceu no último dia 17, no Balneário da Ilha do Sol (Estrada de Tapera), no município de Petrolina e contou com a participação de lideranças sindicais dos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Juazeiro, Curacá, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé e Abaré.

Participaram das discussões 180 delegados e dirigen-

tes sindicais, além de representantes da direção e assessoria da Fetape. A pauta de reivindicações contém 87 itens, dentre eles um salário de R\$ 430,00, piso nunca inferior a 20% acima do mínimo, a partir do próximo reajuste, exclusão total do banco de horas, hora extra de 200%, proibição de trabalho nos domingos e feriados, jornada de 40 horas semanais, atenção à saúde da mulher trabalhadora, participação nos lucros, cesta básica de R\$ 60,00, entre outros.

A pauta de reivindicações será entregue ao patronato até o dia 20 de dezembro e, até o dia 15 de janeiro, iniciam-se as rodadas de negociação na DRT da região.

Resoluções construídas por muitas mãos

A nova direção da Fetape assume o quadriênio 2006/2010 com resoluções construídas e aprovadas por muitas mãos durante o 7º Congresso da Fetape, fruto do esforço de muitos homens e mulheres, que fazem o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco. Foram dias de discussão, através de oito comissões temáticas nas áreas de Políticas Públicas e Sociais, Organização e Formação Sindical, Finanças, Política Salarial, Política Agrícola, Política Agrária e Meio Ambiente, Mulheres e Jovens Rurais. As propostas aprovadas, contidas no documento CADERNO DE TESES, nortearão os rumos da federação em suas ações durante todo esse período. Destacamos nesta edição **alguns aspectos** relevantes de seu conteúdo e de suas propostas, de forma resumida.

Política Agrária

Resoluções:

- O movimento sindical reivindica um programa de reordenamento fundiário que respeite as particularidades regionais, com a participação dos trabalhadores rurais.

- Intensificação das ocupações como instrumento essencial para a conquista da terra.

- Denunciar ameaças e violências cometidas contra trabalhadores e trabalhadoras rurais nas áreas de conflitos de terra e assentamentos.

- Promover ação junto ao Ministério da Justiça visando a desativação das milícias privadas.

- Exigir do Governo do Estado apoio concreto à luta pela terra.

- Exigir que os INCRA sejam estruturados para atender às demandas apresentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras.

- Priorizar ações e acompanhamentos nas áreas de conflito coordenadas pelo movimento sindical.

- Lutar pela expropriação dos latifundiários que tenham grilado terras indígenas, quilombolas e de agricultores e agricultoras familiares.

- Exigir do governo a expropriação das áreas onde existe trabalho escravo e daque-

las envolvidas no cultivo ou contrabando de plantas psicotrópicas.

- Exigir dos governos o reassentamento prioritário dos atingidos por barragens.

- Garantir competência aos trabalhadores e trabalhadoras para decidirem sobre a forma de organização e desenvolvimento do assentamento.

- Garantir do governo a implantação, nos assentamentos, de um programa de pesquisa e assistência técnica permanente.

- Adoção de um modelo agroecológico.

- Lutar pelo aumento dos limites dos recursos estimados para o Pronaf e demais créditos.

- Adotar, nos assentamentos, práticas corretamente ecológicas e investir na produção da agricultura orgânica e adubação verde.

- Exigir do governo investimento nos assentamentos e um Programa que garanta a qualidade da educação.

- Discutir com os assentados e assentadas mecanismos de coibição da comercialização de terras nos assentamentos.

- Fortalecer e ampliar a política de alianças com entidades que participam da luta pela reforma agrária.



Paulo Roberto Rodrigues Santos, Diretor de Política Agrária e Meio Ambiente.

A Fetape entende que, na conjuntura atual, a reforma agrária é o instrumento político estratégico mais importante para o fortalecimento e expansão da agricultura em regime de economia familiar.

LEANDRO LIMA

Política Salarial

Resoluções:

- Incorporar nas pautas de reivindicações maior número de cláusulas relativas às mudanças na organização do trabalho e às inovações tecnológicas que vêm sendo introduzidas no campo.

- Intervir no processo de reestruturação produtiva, com propostas alternativas que garantam o emprego e melhorem as condições de vida e de trabalho dos agricultores e agricultoras.

- Lutar pela proibição, no Brasil e no Estado, da utilização de agrotóxicos já vetados em outros países.

- Lutar pela alteração da Lei 8036, que determina que o trabalhador rural precise de permissão para sacar seu FGTS.

- Intensificação da luta pela jornada de trabalho de 40 horas semanais.

- Lutar pela criação e manutenção de vilas rurais destinadas à moradia.

- Realizar campanhas de esclarecimento, alertando as mulheres sobre seus direitos trabalhistas.

- Que as dívidas não pagas pelos usineiros sejam imediatamente liquidadas e que



José Rodrigues, Diretor de Política Salarial.

A nova realidade das relações de trabalho no campo exige do MSTTR novas estratégias de mobilização dos assalariados e assalariadas rurais na luta por mais e melhores condições de emprego. E a Fetape entende que isso implica no estabelecimento de relações sociais de trabalho mais justas e democráticas.

LEANDRO LIMA

haja o fim de qualquer concessão de privilégios públicos para o setor.

- Lutar contra a monocultura sucroalcooleira.
- Adequar a lei, de forma que todo trabalho rural seja caracterizado como insalubre.

- Lutar pela consolidação de uma política salarial que implique na recuperação das perdas salariais, proteção contra a inflação e ganhos de produtividade.

- Ampliação e maior rigor nas ações de fiscalização em todos os Estados, utilizando-se como referência as convenções e acordos coletivos.

- Combater a proliferação das cooperativas de mão-de-obra no meio rural.

- Implementar cursos profissionalizantes para os desempregados no meio rural.

- Continuar a luta pela erradicação do trabalho infantil no meio rural.

- Lutar para alterar a legislação de greve de forma a garantir estabilidade aos que participarem o organizarem os paradesios.

- Lutar para que os trabalhadores assalariados temporários, ou com contrato de trabalho por tempo determinado tenham o direito de requerer o seguro-desemprego ao término da safra ou do contrato de trabalho.

Gênero, Raça e Etnia

Resoluções:

- Efetivar em 100% dos sindicatos a cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias do movimento sindical.

- Que a Fetape e os STRs realizem atividades formativas específicas com quilombolas e indígenas.

- Lutar para que o programa Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento se transforme em política com garantia de acesso a todas as mulheres.

- Que as gratificações de dirigentes sindicais sejam iguais para homens e mulheres de um mesmo sindicato.

- Realizar capacitação específica para as mulheres sobre o acesso ao Pronaf, no sentido de ampliar a produção, de aprimorar a fabricação e/ou beneficiamento de seus produtos, garantindo sustentabilidade através de uma auto-gestão qualificada.

- Lutar para que seja ampliado o acesso a terra para mulheres através da ocupação e dos programas de reforma

agrária do governo.

- Lutar pela criação de um comitê de gênero nos conselhos de desenvolvimento rural sustentável.

- Incentivar as mulheres a trabalharem com agroecologia nas suas atividades produtivas.

- Desenvolver campanhas de esclarecimento, alertando as mulheres sobre seus direitos trabalhistas, salientando que estes são iguais aos dos homens.

- Lutar, Fetape e STRs, por programas de qualificação profissional específico para mulheres assalariadas da fruticultura, da cana-de-açúcar e de outras culturas.

- Lutar para que os governos realizem campanhas de prevenção das ISTs/AIDS, gravidez precoce, indesejada, uso de drogas, especialmente o álcool.

- Lutar pela priorização dos partos normais humanizados nas maternidades e hospitais públicos e conveniados do SUS.

- Lutar por atendimento humanizado nos hospitais, especialmente em caso de aborto, violência e estupro.

- Lutar pela implementação de políticas públicas que garantam às trabalhadoras rurais e urbanas vítimas de assédio sexual, moral e outras violências o direito de denunciar seus agressores sem com isso serem culpabilizadas.

- Implementar serviços de apoio às mulheres vítimas de violência que garantam assistência gratuita nos ambi-

tos jurídico, médico e psicológico.

- Exigir dos governos municipal e estadual campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, enfocando as trabalhadoras rurais.

- Estimular a notificação compulsória nos atendimentos hospitalares.



Maria Aparecida de Melo Mulica, Diretora de Coordenação das Mulheres.

É preciso ocupar espaço de confrontação e resistência das mulheres, principalmente ao modelo econômico, o qual gera o aprofundamento das desigualdades. Às mulheres corresponde cerca de 40% da renda dos homens no Brasil. É preciso mais empenho e intensificação no trato das relações humanas, sociais de gênero, raça e etnias, fomentando a construção de uma sociedade justa e igualitária.

LEANDRO LIMA

Política Agrícola

Resoluções:

- O movimento sindical deve negociar com o Governo Federal e com o Congresso Nacional uma lei que defina o público e características da agricultura familiar para efeito da legislação tributária, previdenciária, trabalhista e sindical; estrutura de fomento e gestão, programas e políticas de apoio, fontes e volume de recursos e demais questões pertinentes.

- Propor lei que possibilite o beneficiamento e a comercialização de produtos agroindustrializados da agricultura familiar.

- Estabelecer agenda com o MAPA e o IPA para estudar as especialidades de todas as regiões do Estado para efeito de zoneamento agroclimático, a fim de ajustar o calendário agrícola para culturas desenvolvidas na agricultura familiar.

- Garantir que o programa Garantia Safra seja de livre adesão, não necessitando da tutela de prefeituras.

- Capacitação das lideranças sindicais à cerca do programa Garantia Safra.

- Exigir que seja garantido aos agricultores e agricultoras familiares o financiamento de 100% do orçamento de implantação e manutenção, no caso dos custeios e investimentos.

- Lutar pela criação de mecanismos técnicos legais e financeiros que permitam a execução de atividades agropecuárias compatíveis com as necessidades de preservação ambiental.

- Facilitar e desburocratizar o acesso aos créditos do PRONAF, principalmente o Pronaf Jovem, Mulher, Agroindústria, Floresta e Semiárido, dentre eles os sistemas agroecológicos.

- Implementação das cooperativas de crédito e de produção.

- Retomada das discussões sobre a organização da produção com apoio às agroindústrias familiares.

- Denunciar as excessivas exigências burocráticas na obtenção dos financiamentos agrícolas.

- Renegociação urgente das dívidas dos agricultores e agricultoras familiares.

- Fazer gestão junto ao MDA para ampliação de recursos para ATER e inclusão no PPA dos recursos necessários a fim de garantir a efetivação desta política com qualidade, quantidade, de forma gratuita e exclusiva à agricultura familiar.

- Buscar parcerias com outros movimentos populares para suprir a demanda de marketing e venda dos produtos da agricultura familiar, no

sentido de ingressar mais fortemente nos mercados locais.

- Fazer com que as instituições de pesquisa ampliem seu horizonte, buscando também realizar trabalhos de âmbito regional, visando a promoção do desenvolvimento rural integrado.

- Incentivo à pesquisa e à produção de plantas medicinais e fitoterápicas.

- Que a execução do Pronaf Infra-Estrutura se dê através das organizações representativas dos agricultores familiares.

- Elaboração de um plano nacional de combate à desertificação, com participação e controle da sociedade civil.

- Propor a criação de uma linha de crédito específica e eficiente para revitalização das micro-bacias e dos rios.

- Garantir que o zoneamento climático seja feito em micro-regiões nos Estados.

- Implementar o Programa Um Milhão de Cisternas.

- Desenvolver estudos sobre as diferentes formas associativas de organização econômica dos agricultores e agricultoras familiares e sua relação com o movimento sindical.

- Criar condições para que se explore todo o potencial de beneficiamento do produto agropecuário, extrativista e de pesca, dirigido ao atendimento das demandas locais por produtos acabados.

- Criar ou estimular a criação de agroindústrias comunitárias.

- Financiamento para investimentos e capital de giro em condições satisfatórias.

- Construir um diálogo contínuo com as instituições envolvidas na busca de construção coletiva de melhores preços para os produtos fabricados com mão de obra da agricultura familiar.

- Estímulo e apoio ao Turismo Rural.

- Estímulo aos aspectos culturais e artesanais locais.

- Que seja incentivada a pesquisa para aprofundamento de uma melhor produtividade, um melhor consórcio de culturas, outras culturas, bem como o melhor aproveitamento dos subprodutos.

- Que o Garantia Safra absorva a cultura da mamona na sua grade de culturas beneficiadas.

- Exigir que os preços mínimos dos produtos agropecuários expressem com fidelidade o custo de produção, incidindo sobre o valor dos mesmos o percentual de 30% como fator de rentabilidade.

- Apoiar a construção de uma rede de comercialização da agricultura familiar.

- Propor lei que garanta isonomia de pagamento dos preços do litro de leite pelos laticínios.

Auto-sustentação, Gestão e Finanças Sindicais

Resoluções:

- Criar mecanismos de controle eficientes, quanto à distribuição e repasse de recursos das contribuições sindicais, confederativa e assistencial, enquanto estas permanecerem sendo trabalhadas pelo movimento sindical e recolhidas pelas federações, de maneira independente. Este controle da Confederação sobre a arrecadação realizado pelas federações é fundamental, em especial quando se quer depender, em curto prazo, apenas das contribuições dos associados e associadas do sindicato.

- Continuar incentivando a Contribuição Confederativa, em todos os sindicatos, para os agricultores e agricultoras familiares, cadastrando as comunidades e os contribuintes e trabalhar a arrecadação da Contribuição Sindical dos assalariados rurais.

- Qualquer que seja o sistema de arrecadação, o essencial é que o mesmo seja transparente e ágil, permitindo que cada uma das entidades tenha segurança sobre o recebimento das quantias que lhe são devidas, possibilitando melhor planejamento de suas atividades e de seus gastos.

- Sendo a contribuição social devida, exclusivamente, pelos associados e associadas do sindicato, o aumento da arrecadação deverá ser pautado pela ampliação do quadro social das entidades de base.

- Em todos os encontros, seminários, cursos, etc, independentemente do tema tratado, deverá ser reservado um tempo para discussão da campanha de filiação e de sua importância para que o movimento sindical tenha condições para desenvolver sua ação sindical em defesa dos interesses da categoria e para a construção e a implementação do PADRSS.

- Os trabalhadores e trabalha-

doras rurais escolherão a periodicidade para o pagamento da contribuição social, definindo se ela será mensal, semestral ou anual, bem como sobre o momento da efetivação do pagamento, como por exemplo, pagamento na época da colheita.

- A gestão sindical deve estar norteada pelos princípios básicos de democracia, participação, organicidade, eficácia e eficiência dos seus processos gerenciais.

- Aperfeiçoar, permanentemente, os processos administrativos e de serviços, melhorando métodos e instrumentos da gestão sindical, visando em especial eliminar todas as formas de desperdício de material e de recursos humanos e financeiros.

- Os STRs devem prestar contas, anualmente, às bases e à FETAG, apresentando inclusive relatórios de atividades.

- A informatização é outro processo que as entidades sindicais devem adotar imediatamente, sob pena destas ficarem defasadas da realidade.

- Continuar efetivando a política financeira da Fetape, considerando: objetivos a serem atingidos, fontes de recursos, tipos de contribuintes e de contri-

buições, formas de arrecadação, distribuição das receitas de acordo com a prioridade do MSTTR e os responsáveis pela execução e acompanhamento do projeto.

- Determinar punições para os sindicatos, com base nos estatutos, cujas diretorias deixem de prestar contas mensalmente através de balancetes e anualmente e aos seus associados e filiados.

- Realização mensal de prestação de contas aos associados e associadas, durante as assembleias gerais.

- Elaborar política financeira e plano de trabalho com base nos interesses e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras do MSTTR.



Adelson Freitas, Diretor de Política Agrícola.

O Movimento Sindical cria uma nova proposta de desenvolvimento, formulando, com base no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, um projeto de mudança do atual modelo, considerando as diversidades da sociedade. Nesse contexto, a Fetape propõe novos paradigmas para potencializar ainda mais a Agricultura Familiar em Pernambuco.



Antonio Francisco da Silva - Ferrinho, Diretor de Finanças Sindicais.

É preciso garantir a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por meio de uma ampla reforma agrária, da valorização, do fortalecimento da agricultura familiar e garantia dos direitos e conquistas dos assalariados. E isso só acontecerá com entidades sindicais fortes e bem estruturadas, capazes de intervir em todas as esferas, quando toda a organização financeira e administrativa estiver voltada efetivamente a uma ação sindical ágil e eficiente.

Organização, Formação, Estrutura e Comunicação Sindical

Resoluções:

– Formular e implementar, sistematicamente, um programa de formação de quadros.

– Resgatar as lutas sindicais de campo e reafirmar o campo como espaço potencial de desenvolvimento, contrapondo-se à idéia do mundo rural como atraso e que estimular a relação entre ser humano e natureza.

– Articular-se com a Escola Nordeste de Formação Sindical da CUT como parceira permanente e estratégica de todo o processo formativo, abrindo-se ainda a outras parcerias como Escola Quilombo dos Palmares, Dieese, Fase, etc.

– Construir um projeto de qualificação profissional orientado por nossas bandeiras de luta e pelas demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais à luz dos referenciais político-ideológico e pedagógico-metodológico do programa de Formação que contemple jovens, mulheres, assalariados e agricultores familiares.

– Adoção de novas táticas e estratégias de combate ao modelo neoliberal, que pretende desorganizar as entidades sindicais e cassar direitos históricos.

– Ampliar os índices de sindicalização dos trabalhadores e trabalhadoras da ativa a partir das lutas e das conquistas do movimento sindical rural e das propostas de seu interesse.

– Acompanhar as eleições sindicais desde a montagem e registro da(s) chapa(s) até a apuração dos votos.

– Formular estratégia pedagógica

que busque conjugar formação política e sindical, qualificação profissional, desenvolvimento local e educação do campo na política de formação do movimento sindical, tendo como princípio a formação humana.

– Estabelecer metas para angariar recursos para a formação política e qua-

tes para trabalhar na formação de acampados (as) para o acesso à terra.

– Estimular as discussões sobre a melhor forma de estruturação da organização sindical no campo.

– Realizar visitas de acompanhamento sindical aos sindicatos.

– Implementar um processo de dis-



Maria de Lourdes da Silva,
Diretora de Organização e
Formação Sindical.

A Formação assume dimensões políticas, conceituais e metodológicas capazes de estimular e orientar a prática de pensar a prática, numa visão sistêmica e continuada. As ações sindicais e políticas são formativas, portanto desprovidas de neutralidade. Direcionar a ação numa perspectiva transformadora, onde as pessoas possam ler criticamente a sua realidade para então poder transformá-la é o nosso compromisso.

lificação profissional de lideranças comunitárias, dirigentes sindicais (homens e mulheres).

– Fazer acompanhamento efetivo do processo formativo e estender os cursos de capacitação e oficinas metodológicas aos municípios que demandem essas ações.

– Realizar capacitação de dirigen-

cussão sobre a reestruturação produtiva no campo como subsídio para a elaboração de propostas para a organização e estruturação sindical.

– Ampliar o conceito de Comunicação Social, incluindo-a em sua agenda, fortalecendo-a como instrumento fundamental para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras pelo Projeto Al-

ternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, centrado no fortalecimento e expansão da agricultura em regime de economia familiar, enquanto mecanismo articulador de estratégias e, também, atuando na divulgação nossas propostas e ações.

– Ampliar a proposta de comunicação do MSTTR, interligando os STRs através de uma rede de computadores.

– Realizar pesquisa estadual visando identificar quem somos, quantos somos, onde estamos organizados e quais são as principais atividades desenvolvidas. Esta pesquisa deve, inclusive, trazer forma explícita às dimensões de gênero, geração, raça e etnia, ampliando o trabalho já iniciado pela Secretaria de Organização e Formação, por meio do Setor Sindical da Fetape.

– Criar, articular, animar e subsidiar uma Rede estadual de Formação de Formadores do MSTTR, objetivando qualificar e ampliar as ações no campo da formação política, sindical e ambiental da qualificação profissional para o desenvolvimento territorial mediante demanda da agricultura familiar e dos assalariados (as) rurais, com transversalidade de gênero, geração, raça e etnia.

– Intensificar o debate sobre o PADRSS, visando sua atualização, redefinição de estratégia e massificação junto à base sobre sua importância no processo de construção de metodologias para o desenvolvimento territorial.

Políticas Sociais e Terceira Idade

Resoluções:

EDUCAÇÃO

– Lutar para que as experiências exitosas de educação vivenciadas pelo movimento sindical por outros movimentos sociais sejam referenciais para a construção da política estadual de educação do campo.

– Articular a política de educação do campo com outras políticas públicas como a reforma agrária, crédito, assistência técnica, saúde e habitação, que venham consolidar o desenvolvimento rural sustentável.

– Lutar pela capacitação continuada dos professores e professoras que atuam no campo, considerando os aspectos pedagógicos, o desenvolvimento sustentável e territorial.

– Lutar pela consolidação de um currículo escolar que venha a atender as questões do campo.

– Garantir vagas nas universidades e escolas agrotécnicas e técnicas para os filhos e filhas de agricultores e agricultoras rurais.

– Lutar pela criação de Escolas Família Agrícola no Estado.

SAÚDE

– Assegurar a implantação e efetivação plena do SUS, com atendimento odontológico, oftalmológico, homeopatia e fitoterapia, exigindo respeito e o cumprimento dos princípios que o originaram, como a universalidade, integralidade, equidade e eficiência do atendimento, gratuidade e legítimo controle social.

– Lutar pela ampliação e capacitação das pessoas nos programas Saúde na Família, Agentes Comunitários e Saúde Bucal e agentes de endemias.

– Garantir que em curto prazo seja assegurado o fornecimento de medicamentos gratuitos com prioridade nos de uso contínuo às pessoas de terceira idade e aos portadores de necessidades especiais.

– Exigir exames periódicos com médicos especialistas, através do SUS, para averiguar possíveis contaminações por agrotóxicos.

– Garantir a realização de campanhas de prevenção ao câncer de pele dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

– Garantir implantação de políticas para a saúde do homem e da mulher através de ações de prevenção de diversos tipos de câncer.

– Lutar pela adoção de uma política de saúde integral para a criança, que promova nascimento saudável, acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento, vacinação e aleitamento saudável.



Doriel Saturnino,
Diretor de Políticas Sociais e
Terceira Idade.

Reivindicamos uma política de educação do campo assumida pelos governos federal, estadual e municipal. Nesse contexto, a Fetape reafirma seus compromissos e apresenta novos desafios, essenciais para essa luta. Nosso projeto de sociedade se contrapõe ao modelo excludente, cruel e marginalizador que hora impera.

– Buscar através de pesquisa a regulamentação do uso de fitoterápicos nos Postos de Saúde.

– Que a Secretaria Estadual de Saúde invista recursos do SUS nos setores públicos em infra-estrutura e recursos humanos.

HABITAÇÃO

– Apresentar ao poder público a sua demanda concreta por unidades habitacionais.

– Lutar para que os programas de habitação rural que estejam funcionando sejam melhorados e que não se crie um novo programa para substituí-lo.

– Lutar para que seja implementado um programa de qualidade de vida como área de lazer e esportes no meio rural, contem-

plando vilas e agrovilas.

– Reivindicar das entidades competentes construção de creches nas comunidades rurais (povoados, distritos, vilas e assentamentos) como finalidade de atender os filhos dos trabalhadores rurais.

POLÍTICA INFANTO-JUVENIL E 3ª IDADE

– Que o movimento sindical rural aprofunde a discussão sobre o que é trabalho infantil e o que é aprendizagem no âmbito da agricultura familiar.

– Lutar para combater todos os atos de violência praticados contra a criança e o adolescente.

– Combater a exploração sexual e o uso de drogas entre crianças e adolescentes no meio rural, além de promover campanhas de conscientização dos problemas da gravidez precoce e sem planejamento familiar.

– Lutar pelo programa de “Inclusão Digital” para jovens e adolescentes do meio rural.

– Travar as lutas necessárias para o atendimento das reivindicações das pessoas de terceira idade do campo, socializando as informações de que dispõe, auxiliando sempre na solução dos problemas.

– Integrar mais as atividades entre jo-

vens e as pessoas da terceira idade.

– Promover formação sindical para as pessoas da terceira idade.

– Que seja assegurado atendimento especializado às pessoas de terceira idade, inclusive com acesso gratuito e permanente aos medicamentos de média e alta complexidade na rede pública.

– Combater a discriminação e a violência contra as pessoas de terceira idade, principalmente no âmbito familiar.

– Estimular e garantir a participação da terceira idade nos programas de reforma agrária.

– Lutar junto ao judiciário pela criação de varas especiais de atendimento ao idoso.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

– Garantir a permanência e inscrição dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no regime geral da previdência social.

– Incluir o trabalhador e a trabalhadora rural na lei que dá direito ao seguro desemprego, devendo este benefício ser pago aos mesmos durante o período da seca e na entressafra, já que nessa época o trabalho fica escasso no campo.

– Lutar pelo atendimento humanizado nas agências do INSS, nos bancos, nos correios, nas cooperativas de crédito, etc, com o apoio logístico e infra-estrutura como forma de barrar o preconceito existente principalmente com relação às mulheres e idosos.

– A perícia médica deve rever os critérios de avaliação da capacitação laborativa, levando-se em conta a especificidade da atividade rural.

– Legalizar a mão-de-obra do diarista como prestador de serviços de pessoa física para atuar na agricultura familiar com contribuição compatível nos moldes da contribuição do assalariado rural.

– Participar efetivamente da implantação e implementação dos programas assistenciais destinados à população rural, para que os recursos cheguem às mãos de quem realmente precisa.

Resoluções:

- Ampliar as ações de divulgação do Programa Jovem Saber e de sua importância para o movimento sindical, promovendo seminários, eventos de lançamentos e apresentação do programa.
- Defender a ampliação do Consórcio Social da Juventude Rural, no sentido de contemplar outros municípios de Pernambuco.
- Promover um programa de formação/educação política partidária para a juventude rural.
- Desenvolver um processo de formação/conscientização da juventude no sentido de garantir sua participação nos espaços de construção das políticas públicas.
- O movimento sindical de Pernambuco deverá garantir a participação de no mínimo 20% de membros da juventude rural nas instâncias da Fetape e dos STRs.
- Intensificar a campanha de sindicalização da juventude, visando a integração e renovação de lideranças do movimento sindical, garantindo sua participação nos eventos e nas direções sindicais.

- Promover processos de formação em associativismo e cooperativismo para assentados e assentadas e agricultores e agricultoras familiares, tendo como público preferencial a juven-

- cas, gênero, etnia, classe social e gestão da produção.
- Capacitar jovens rurais para compreenderem os impactos das cadeias produtivas e diversificação das cultu-

- comercialização para a juventude.
- Criar condições para que a juventude rural se envolva nas mudanças escolares em relação à Educação do Campo.

- Os STRs e a Fetape devem desenvolver parcerias com as Secretarias de Saúde, Educação e demais órgãos dos municípios a fim de desenvolverem parcerias educativas com a juventude rural sobre saúde reprodutiva, ISTs, AIDS, planejamento familiar e drogas.
- Realizar atividades culturais e esportivas que possibilitem a elevação da auto-estima da juventude rural.
- Tornar permanente a realização do Festival da Juventude Rural.



Cícera Nunes, Diretora de Coordenação de Jovens.

A luta histórica travada pelo movimento sindical rural traz consigo a presença e a força da juventude, desde os bolsistas, da cruzada ABC, das Ligas Camponesas, da luta contra a ditadura militar, da participação ampliada das jovens da Comissão Estadual de Mulheres, dos cursos de formação de lideranças de base e tantos outros exemplos. Por isso, é preciso propiciar condições necessárias para que a juventude rural sugira e construa caminhos possíveis de serem alcançados na perspectiva de um novo modelo de sociedade, mais viável e com menos contradições sociais.

- tude.
- Buscar parcerias visando à capacitação dos jovens rurais em reforma agrária, sindicalismo, políticas públi-

- ras da agricultura familiar.
- Fazer gestão na ampliação ao acesso do Pronaf Jovem.
- Promover cursos de produção e

- bilitem a elevação da auto-estima da juventude rural.
- Tornar permanente a realização do Festival da Juventude Rural.

3ª Marcha do Salário Mínimo será a primeira manifestação do movimento social



O movimento social de todo o país realizará, na primeira quinzena de dezembro, sua primeira manifestação pública. Será a 3ª Marcha do Salário Mínimo, quando em Brasília o conjunto do movimento sindical estará unido para cobrar a efetivação de uma política per-

manente de valorização do salário mínimo, a correção da tabela do imposto de renda e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Será a demonstração inicial de como se comportará a CUT – que apoiou decididamente, desde o primeiro mo-

mento, a reeleição do presidente Lula – perante o momento político. E a Fetape, que é filiada à CUT, em conjunto com seus sindicatos de trabalhadores rurais filiados, une-se à central sindical nessa cobrança do próximo governo pelo cumprimento dos compromissos eleitorais assumidos.

A Fetape entende que Lula venceu a eleição através de um discurso pelo desenvolvimento, crescimento econômico, distribuição de renda, geração de empregos e manutenção e ampliação dos programas sociais. Agora, é a vez dos homens e mulheres do campo mostrarem que estão atentos ao cumprimento dessas promessas e que o movimento sindical rural manterá sua independência crítica com relação aos resultados desse novo mandato.

Investindo na formação de lideranças

O processo de formação das lideranças sindicais foi reativado para todas as federações de trabalhadores rurais do país. É que o movimento sindical, através da Contag, fez um investimento significativo para o fortalecimento da luta, criando a Escola Nacional de Formação da Contag – ENFOC, com o objetivo maior de evidenciar a capacitação enquanto instrumento maior de qualificação para suas lideranças, seus dirigentes, assessores e assessoras, nos espaços ocupados

na construção de vida mais digna no campo. Com essa proposta a ENFOC realizou, durante 24 dias nos meses de outubro e novembro, um curso intensivo de formação política para uma turma de 98 alunos e alunas, em Brasília. A Fetape participou, enviando quatro pessoas, sendo duas diretoras (formação e jovens) e duas assessoras (educação e programa saúde e gênero). Durante o curso foram abordados eixos temáticos: Estado, Sociedade e Ideologia,

História, Concepção, Estrutura e Práticas Sindicais, Desenvolvimento Sustentável e Solidário – concepções, desafios e perspectivas. Tudo, à luz do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, que reflete a prática e orienta o planejamento da ação sindical. Em seu último congresso, a Fetape aprovou a criação da Escola Estadual de Formação e, desde então, já está pautando suas ações em maiores investimentos voltados à melhor qualificação de seus dirigentes.

Multiplicadores são capacitados para melhoria da saúde pública no campo



Uma mística de abertura com todos os elementos da natureza, focalizando sua existência para manutenção da saúde. Foi assim a abertura do I Módulo de Formação de Multiplicadoras (es) do Projeto Saúde e Gênero no Campo. O evento aconteceu entre os dias 19 e 22 de setembro, no Centro Social da Fetape, em Carpina, tendo por objetivo criar condições teórico-metodológicas no movimento sindical rural para efetivação de estratégias de saúde pública no campo.

Durante o período formativo, os multiplicadores e multiplicadoras tiveram a oportunidade de se preparar para melhor defender o Sistema Único de Saúde (SUS), de forma tal que este atenda às especificidades da população rural, trazendo para o debate as temáticas de análise de conjuntura sócio-econômica e política do país para a saúde pública e os direitos das mulheres e dos homens; gênero, raça e classe como elementos estruturantes das desigualdades sociais; Estado e políticas públicas: enfrentamento ou manutenção da situação social no Campo? e, finalmente, política de saúde e o SUS.

Para cada temática trabalhada durante o encontro, foi relevante a participação de facilitadores convidados(os) do Conselho Nacional de Saúde – Alexandre Magnum, Maria da Penha – Gerente de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Recife, Vera Barone – Pres. da Ong Uiala Mucagi e gerente a ANVISA, Eliete Dias – Núcleo FAGES/UFPE, além de toda diretoria do projeto. Ao término do Módulo Formativo foi elaborada uma agenda mínima de articulação e mobilização da população do campo, com os oito municípios envolvidos no projeto para defesa do SUS, que ganhará um incentivo a mais com a capacitação da coordenação política e técnica do projeto em técnicas de comunicação popular. Essa ação acontecerá em Brasília, ainda esse ano, de 01 a 04 de dezembro.